VISTO DE ESTADA TEMPORÁRIA PARA A TRANSFERÊNCIA DE CIDADÃOS NACIONAIS DE ESTADOS PARTE DA OMC, NO CONTEXTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DA REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nome(s) e Apelido(s) do requerente:		
Endereço de correio eletrónico (Email): Contacto telefónico direto:		
Motivo da deslocação a Portugal:		
REQUISITOS GERAIS		
	SIM	EM FALTA
Formulário de pedido de visto nacional preenchido na íntegra e assinado pelo requerente;		
2 Fotografias iguais, tipo passe, atualizadas e em boas condições de identificação do requerente (1 colada no formulário).		
Passaporte ou outro documento de viagem, com validade superior em, pelo menos, três meses à duração da estada prevista. Fotocópia da página biográfica.		
Comprovativo da situação regular caso seja de outra nacionalidade que não a do país onde solicita visto, com validade superior à data do término do visto que solicita.		
Seguro de viagem válido, que permita cobrir as despesas necessárias por razões médicas, incluindo assistência médica urgente e eventual repatriamento.		
Certificado de registo criminal emitido pela autoridade competente do país de nacionalidade do requerente ou do país em que resida há mais de um ano, com Apostila de Haia (se aplicável) ou legalizado.		
Cópia de título de transporte de regresso.		
Comprovativo da existência de meios de subsistência Para efeitos de prova dos meios de subsistência, devem ser tidos em consideração:		
 os meios provenientes de contrato de sociedade ou contrato de trabalho; 		
 A apresentação de termo de responsabilidade, com assinatura reconhecida, subscrito pela empresa de acolhimento. 		
DOCUMENTOS ESPECÍFICOS		

Comprovativo em como a transferência:				
 se efetua entre estabelecimentos de uma mesma empresa ou mesmo grupo de empresas, devendo o estabelecimento situado em território português prestar serviços equivalentes aos prestados pelo estabelecimento de onde é transferido o cidadão estrangeiro; e, se refere a sócios ou trabalhadores subordinados, há pelo menos um ano, no estabelecimento situado noutro Estado parte da OMC que se inclua numa das seguintes categorias: a) os que, possuindo poderes de direção, trabalhem como quadros superiores da empresa e façam, essencialmente, a gestão de um estabelecimento, recebendo orientações gerais do conselho de administração; ou, b) possuam conhecimentos técnicos específicos essenciais à atividade, ao equipamento de investigação, às técnicas ou à gestão da mesma; ou, c) que devam receber formação profissional no estabelecimento situado em território nacional. 				
VISTO DE ESTADA TEMPORÁRIA PARA A TRANSFERÊNCIA DE CIDADÃOS NACIONAIS DE ESTADOS PARTE DA OMC – ACORDO SOBRE MOBILIDADE DA CPLP				
 Os cidadãos da CPLP são dispensados da apresentação de: Seguro; Título de transporte de regresso; e, Meios de subsistência, mediante a apresentação de termo de responsabilidade, com assinatura reconhecida, subscrito por cidadão português ou cidadão estrangeiro habilitado, com documento de residência em Portugal, que garanta a alimentação e alojamento ao requerente do visto, bem como a reposição dos custos de afastamento, em caso de permanência irregular, acompanhado de: 				
- Declaração de IRS do subscritor (último ano); e				
- Extrato bancário do subscritor (últimos 3 meses).				

Nota:

- Consulte a legislação em vigor em https://vistos.mne.gov.pt/pt/vistos-nacionais/legislacao-nacional

DECLARAÇÃO

	(Nome e Apelido do Requerente),
decla	ro que:
	Pretendo que o meu pedido de visto seja analisado pelo Posto Consular com os documentos em falta assinalados na lista anexa;
	Tomei conhecimento de que:
indef	- A não apresentação de todos os documentos necessários poderá implicar o erimento do pedido de visto.
menc	- O Posto Consular reserva-se o direito de solicitar outros documentos que não os acima ionados sempre que achar conveniente.
ao re	- Sempre que forem solicitados pelo Posto Consular documentos adicionais ou em falta querente, a análise do pedido é suspensa até à sua apresentação.
•	- O facto de serem apresentados todos os documentos necessários ao processo não ca a concessão automática do visto. A recusa do pedido de visto não dá direito ao bolso dos emolumentos.
	- Quaisquer falsas declarações implicarão a recusa do pedido de visto ou a anulação de isto que já tenha sido concedido e me tornam passível de ação judicial nos termos da ação portuguesa.
pedid e 6.º	- Todas as comunicações e notificações respeitantes ao pedido de visto apresentado rão ser efetuadas para o endereço eletrónico indicado no campo 19. do formulário do lo de visto, considerando-se as mesmas efetuadas, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 5 do artigo 113.º do CPA, no momento em que aceda ao específico correio enviado ou, em de ausência de acesso à caixa postal eletrónica, no quinto dia útil posterior ao seu envio.
Data:	
Δccin	atura.